



HDI Seguros S.A.

CNPJ nº 29.980.158/0001-57



www.hdi.com.br

Atendendo às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V. Sas. as demonstrações financeiras da **HDI Seguros S.A.** relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021. **A empresa:** A **HDI** é uma empresa do grupo alemão Talanx e seu acionista direto é a empresa HDI International AG. Atuando no Brasil há mais de 40 anos, a **HDI** conta hoje com uma estrutura de 58 filiais e escritórios atendendo a todo o mercado nacional. A Companhia tem forte atuação nos seguros de automóveis, residenciais e empresariais, mas busca constantemente atender às necessidades dos consumidores ao mesmo tempo em que diversifica os ramos em que opera. **O Grupo Talanx:** O Grupo Talanx é o terceiro maior grupo segurador na Alemanha e um dos maiores da Europa. O Grupo com sede em Hannover atua em mais de 150 países e conta com mais de 23,5 mil colaboradores. Apresentou um forte crescimento na última década e atingiu uma receita de prêmios de 41 bilhões de Euros em 2020. A agência de classificação Standard & Poor's concedeu ao Grupo de Seguros Primários da Talanx, que considera as empresas de seguros diretos sem levar em conta as operações de resseguro, um rating de força financeira A+/estável (atribuído em 20/01/2022). **Pandemia da COVID-19:** A HDI colocou todos os seus funcionários em trabalho remoto em março de 2020, sendo que o trabalho nas instalações da Companhia é opcional. Graças aos investimentos em digitalização, não houve perda de produtividade nem queda no nível de atendimento aos nossos segurados e corretores. Os impactos no resultado do exercício foram muito restritos. **Desempenho no exercício:** Além da solidez de seus acionistas, a Companhia atingiu provisões técnicas de R\$ 3,1 bilhões e patrimônio líquido de R\$ 1,0 bilhão, R\$ 39 milhões acima do capital mínimo requerido pelo regulador, oferecendo segurança e tranquilidade aos seus segurados. A Companhia alcançou o montante de R\$ 3,7 bilhões de prêmios emitidos, o que representa um aumento de 3% em relação a 2020. Ocupamos a quinta posição no ranking de seguros

de automóveis com 8,6% de *market share*, a sexta em seguros residenciais com 4,3% de *market share* e a sexta em seguros empresariais com 6,9% de *market share* (com base nos dados de mercado sobre prêmios diretos emitidos até dezembro de 2021, consolidados por grupo segurador). O índice de sinistralidade da Companhia aumentou 5,8 pontos percentuais. O aumento na carteira de seguros de automóveis se deve à volta das frequências ao nível pré-pandemia, em conjunto com o aumento dos valores da Tabela FIPE, usada como base para o pagamento das indenizações de roubo e perda total. Na carteira de seguros patrimoniais, o aumento se deve à ocorrência de sinistros relevantes e de eventos climáticos, os quais foram parcialmente compensados pelas recuperações dos resseguradores. Medidas corretivas tais como a revisão das tarifas e das condições de subscrição já foram implementadas. Os custos de aquisição aumentaram de 20,7% para 21,5% em relação aos prêmios ganhos sendo que o principal fator foi o crescimento mais que proporcional das demais carteiras de seguro em relação a de automóveis (diversificação) com maiores índices de comissionamento. As despesas administrativas tiveram um aumento de 0,9 ponto percentual devido aos investimentos em pessoal próprio e em tecnologia da informação. O resultado financeiro teve um aumento de 4%. Tivemos uma redução no resultado financeiro com as operações de seguros em função do aumento da inflação em 2021. Este efeito foi compensado com aumento nos rendimentos financeiros - o CDI acumulado subiu de 2,77% em 2020 para 4,40% em 2021. As demais rubricas se mantiveram estáveis. A Companhia encerrou o exercício com um prejuízo líquido de R\$ 69 milhões. **Perspectivas e planos da Administração para 2022:** A Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização (CInseg) projeta um crescimento dos prêmios de seguro de ramos elementares entre 3,1% e 12,8% em 2022. A **HDI** trabalha para ser uma empresa

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)					
ATIVO	Nota	2021	2020	PASSIVO	Nota
CIRCULANTE		3.182.112	2.934.107	CIRCULANTE	3.188.087
Disponível.....		36.144	50.758	Contas a pagar.....	184.859
Caixa e bancos.....		36.144	50.758	Obrigações a pagar.....	13
Aplicações	4	1.047.900	1.042.273	Impostos e encargos sociais a recolher.....	14
Créditos das operações com seguros e resseguros				Encargos trabalhistas.....	19.952
Prêmios a receber.....	5a	1.335.439	1.241.212	Impostos e contribuições.....	15
Operações com seguradoras.....	5b	1.285.967	1.198.867	Outras contas a pagar.....	2.829
Operações com resseguradoras.....	6a	45.899	42.050	Débitos de operações com seguros e resseguros	175.410
Outros créditos operacionais		5.889	5.799	Prêmios a restituir.....	664
Ativos de resseguros e retrocessão	6b/17a	183.761	101.244	Operações com seguradoras.....	610
Títulos e créditos a receber		60.618	42.231	Operações com resseguradoras.....	6f
Títulos e créditos a receber.....	7a	35.219	26.750	Corretores de seguros e resseguros.....	61.730
Créditos tributários e previdenciários.....	7c	18.842	10.238	Outros débitos operacionais.....	8.838
Outros créditos.....		6.557	5.243	Depósitos de terceiros	16
Outros valores e bens		94.818	54.524	Depósitos de terceiros.....	4.426
Bens à venda.....	8a	41.478	45.459	Provisões técnicas - seguros	17
Outros valores.....	8d	53.340	9.065	Danos.....	2.797.563
Despesas antecipadas		12.410	11.563	Pessoas.....	12.404
Custos de aquisição diferidos	9	405.133	384.503	Outros débitos	13.425
Seguros.....		405.133	384.503	Débitos diversos.....	18
ATIVO NÃO CIRCULANTE		1.490.596	1.481.297	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	438.476
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		1.114.238	1.121.217	Contas a pagar.....	71.686
Aplicações	4	836.176	992.365	Tributos diferidos.....	19
Créditos das operações com seguros e resseguros				Outras contas a pagar.....	–
Prêmios a receber.....	5a	4	1	Provisões técnicas - seguros	17
Prêmios a receber.....	5b	4	1	Danos.....	316.862
Ativos de resseguros e retrocessão	6b/17a	78.080	67.146	Pessoas.....	1.916
Títulos e créditos a receber		160.954	56.553	Outros débitos	27.536
Créditos tributários e previdenciários.....	7c	138.267	31.359	Provisões judiciais.....	20
Depósitos judiciais e fiscais.....	19d	22.687	25.194	Outras provisões.....	5.444
Outros valores e bens	18	36.640	–	Débitos diversos	20.476
Custos de aquisição diferidos	9	2.384	5.152	Débitos diversos.....	18
Seguros.....		2.384	5.152	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.046.145
INVESTIMENTOS	10	20.593	15.677	Capital social.....	21a
Participações societárias.....		20.593	15.677	Reservas de lucros.....	320.627
IMOBILIZADO	11	38.672	49.608	Ajuste de avaliação patrimonial.....	(29.525)
Bens móveis.....		28.749	33.873	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO..	4.672.708
Outras imobilizações.....		9.923	15.735		4.415.404
INTANGÍVEL	12	317.093	294.795		
Ágio.....		176.478	176.478		
Outros intangíveis.....		140.615	118.317		
TOTAL DO ATIVO		4.672.708	4.415.404		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)					
	Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Ajustes com TVM	Lucros acumulados
Saldos em 31 de dezembro de 2019	755.043	56.955	366.925	2.033	–
Títulos e valores mobiliários.....	–	–	–	5.730	–
Títulos e valores mobiliários em controladas.....	–	–	–	235	–
Lucro líquido do exercício.....	–	–	–	–	70.430
Distribuição do resultado:					
Reserva legal.....	–	3.522	–	–	(3.522)
Reserva de retenção de lucros.....	–	–	14.446	–	(14.446)
Juros sobre o capital próprio.....	21d	–	–	–	(52.462)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	755.043	60.477	381.371	7.998	–
Ajustes de exercícios anteriores (nota 3.16).....	–	–	(1.317)	–	(1.317)
Títulos e valores mobiliários.....	–	–	–	(37.575)	–
Títulos e valores mobiliários em controladas.....	–	–	–	52	–
Prejuízo líquido do exercício.....	–	–	–	–	(68.797)
Compensação do prejuízo líquido com reservas de retenção de lucros.....	–	–	(68.797)	–	68.797
Juros sobre o capital próprio.....	21d	–	(51.107)	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2021	755.043	60.477	260.150	(29.525)	–

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A HDI Seguros S.A. (Companhia) é uma sociedade anônima de capital fechado, autorizada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) a operar em todas as modalidades de seguros de danos e de pessoas em todo o território nacional. O endereço da sede da Companhia é Avenida das Nações Unidas, 14.261, 21º a 23º andar, Ala B, Condomínio WT Morumbi - Brooklin Paulista, São Paulo. A Companhia é integrante do grupo segurador alemão Talanx. Sua controladora direta é a HDI International AG e o controlador em última instância é a HDI V.a.G., ambas sediadas em Hannover, Alemanha.

2. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela SUSEP, em consonância com a Circular SUSEP nº 517/15 e alterações e nº 648/21, incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando aprovadas pela SUSEP. As referidas demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade dos negócios. A Administração julga que a Companhia tem condições de manter suas atividades e capacidade financeira e a liquidez necessárias para enfrentar os eventuais desdobramentos da pandemia. A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em reunião realizada em 10 de fevereiro de 2022 e foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 22 de fevereiro de 2022. **2.1 Base para mensuração:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o custo histórico, com exceção dos seguintes itens reconhecidos nas demonstrações financeiras: • Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado; • Ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo; • Ativos para venda mensurados pelo valor justo menos os custos de venda - valor realizável líquido. **2.2 Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. Exceto quando indicado, as informações estão expressas em milhares de reais. As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia utilizando-se a taxa de câmbio da data da transação. Os respectivos ativos e passivos monetários são atualizados pela variação da taxa de câmbio até a data de liquidação ou reporte. As variações cambiais resultantes são reconhecidas no resultado do período em que surgirem. **2.3 Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação das demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas e julgamentos que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. As estimativas podem necessitar de revisão se ocorrerem alterações nas circunstâncias em que se basearam ou em consequência de novas informações ou de maior experiência, sendo que os efeitos desta revisão serão reconhecidos prospectivamente. As notas explicativas listadas abaixo fornecem informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras e sobre as incertezas relacionadas às estimativas que possuem um risco de resultar em um ajuste material dentro do próximo período contábil: • Notas 3.14 e 3.15 - Classificação e mensuração dos contratos de seguro; • Notas 3.2 e 4 - Instrumentos financeiros (aplicações financeiras); • Nota 7c - Créditos tributários e previdenciários; • Notas 3.7 e 12 - Ativo intangível; • Notas 3.8, 3.9 e 17 - Provisões técnicas; e • Notas 3.13 e 20 - Provisões judiciais; • Nota 3.16 - Arrendamentos.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis discriminadas abaixo foram aplicadas em todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras. **3.1 Caixa:** Representam numerário disponível em caixa, em contas bancárias e investimentos financeiros com vencimento inferior a 90 dias, contados a partir da data de aquisição. Esses ativos apresentam risco insignificante de mudança do valor justo e são monitorados pela Companhia para o gerenciamento de seus compromissos no curto prazo e estão representados pela rubrica "caixa e bancos". **3.2 Instrumentos financeiros:** A Companhia classifica seus ativos financeiros em uma das seguintes categorias: valor justo por meio do resultado, mantidos até o vencimento, disponíveis para venda e recebíveis. A classificação entre as categorias é definida com base no modelo de negócios da Companhia para a gestão dos ativos financeiros e nas características de fluxo de caixa destes ativos. **i) Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado:** São classificados nesta categoria os ativos financeiros cuja aquisição tem a principal finalidade de gerar resultados em curto prazo por meio de negociações frequentes. Esses ativos são registrados pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do período. Esses ativos são classificados no ativo circulante independentemente da data de vencimento. **ii) Ativos financeiros mantidos até o vencimento:** Caso a Administração tenha intenção e a capacidade de manter títulos até o vencimento, então tais ativos financeiros são classificados como mantidos até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são registrados pelo custo amortizado deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. **iii) Ativos financeiros disponíveis para venda:** Os ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivativos e não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Esses ativos financeiros são registrados pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas no patrimônio líquido, líquidas dos respectivos efeitos tributários. **iv) Recebíveis:** Incluem-se nesta categoria os recebíveis não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Esses recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado e tem sua recuperabilidade testada a cada data de balanço. **v) Determinação do valor justo:** Valor justo dos ativos financeiros é o montante pelo qual um ativo pode ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes conhecidas e empenhadas na realização de uma transação justa de mercado na data de balanço. O valor justo das aplicações em fundos de investimentos foi registrado com base nos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos. Ativos com valores divulgados em domínio público como Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA) e pela B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão tiveram seu valor justo de acordo com a divulgação dessas fontes. O valor justo de ativos financeiros não cotados em mercados ativos é calculado através de técnicas e/ou metodologias de valorização apropriadas, tais como: uso de recentes transações de mercado; referência ao valor justo de outro instrumento que seja substancialmente similar; fluxo de caixa descontado; e/ou modelos específicos de precificação utilizados pelo mercado. **vi) Instrumentos financeiros derivativos:** A Companhia realiza operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos, destinados exclusivamente ao *hedge* de seus investimentos e operações. Os derivativos são classificados na categoria valor justo por meio do resultado (vide nota 3.2.i). Estas operações são registradas e negociadas na B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão. Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e os custos de transação são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados

Humana, Digital e Inovadora. Para isto está investindo em tecnologia da informação, na diversificação de seus produtos e em novas parcerias. **Declaração sobre capacidade financeira:** A Companhia possui intenção e capacidade financeira de manter, até o vencimento, os títulos e valores mobiliários classificados na categoria mantidos até o vencimento, comprovada por projeções econômico-financeiras e estudos atuariais. **Política de distribuição e reinvestimento de lucros:** Aos acionistas são assegurados dividendos mínimos de 25% sobre o lucro líquido, ajustado de acordo com a Lei das Sociedades por Ações. A HDI tem distribuído aos seus acionistas valores superiores a esses dividendos mínimos a título de juros sobre capital próprio, sendo que o restante é acumulado nas reservas de lucros para capitalização da companhia. **Governança corporativa:** Seguindo a política adotada pelo Grupo Talanx, a Companhia dá grande importância à manutenção de adequados controles internos e estrito cumprimento das políticas e dos procedimentos estabelecidos pela administração, das leis e dos regulamentos (*compliance*). Auditores externos independentes auxiliam a administração a atingir esse objetivo, sendo a PricewaterhouseCoopers responsável pela auditoria externa e a KPMG pela auditoria interna. O Conselho de Administração e o Comitê de Auditoria são compostos por executivos de larga experiência e prestígio nos setores nacional e internacional. A Companhia mantém ainda uma estrutura de controle interno, incluindo funções de *compliance* e gestão de riscos, que se encontram integralmente aderentes aos preceitos estabelecidos pelos normativos do CNSP e SUSEP. **Agradecimentos:** Agradecemos aos 30 mil corretores que mantêm operações com a HDI, pelo trabalho conjunto e pela confiança renovada com a qual fomos distinguidos; aos segurados; às autoridades da Superintendência de Seguros Privados, pela orientação e atenção dispensadas; e aos nossos funcionários, pela sua dedicação.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais, exceto (prejuízo)/lucro líquido por ação)					
	Nota	2021	2020		
Prêmios emitidos.....		3.725.977	3.620.622		
Variações das provisões técnicas de prêmios.....		(114.373)	(24.256)		
PRÊMIOS GANHOS	22	3.611.604	3.596.366		
Sinistros ocorridos.....	23a	(2.603.714)	(2.385.814)		
Custos de aquisição.....	23b	(775.112)	(744.260)		
Outras receitas e despesas operacionais.....	23c	(23.883)	(23.238)		
Resultado com resseguro.....		55.239	44.429		
Receita com resseguro.....	23d	149.036	108.626		
Despesa com resseguro.....	23e	(93.797)	(64.197)		
Despesas administrativas.....	23f	(467.541)	(430.655)		
Despesas com tributos.....	23g	(56.583)	(76.498)		
Resultado financeiro.....	23i	115.324	110.952		
Resultado patrimonial.....	23j	5.432	(2.468)		
RESULTADO OPERACIONAL		(139.234)	88.814		
Ganhos ou perdas com ativos não correntes.....		(1.330)	(245)		
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES		(140.564)	88.569		
Imposto de renda.....	25	46.949	(6.791)		
Contribuição social.....	25	31.736	(3.782)		
Participações sobre o lucro.....		(6.918)	(7.566)		
(PREJUÍZO)/LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(68.797)	70.430		
Quantidade de ações.....	21a	64.175	64.175		
(Prejuízo)/Lucro líquido por ação - R\$.....		(1.072,02)	1.097,46		
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras					
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)					
	2021	2020			
(Prejuízo)/lucro líquido do exercício	(68.797)	70.430			
Varição no valor justo dos ativos financeiros disponíveis para venda.....		(62.625)		9.550	
Varição no valor justo dos ativos financeiros disponíveis para venda em controladas.....		87		392	
Imposto de renda e contribuição social sobre os resultados abrangentes.....		25.015		(3.977)	
Resultados abrangentes.....		(37.523)		5.965	
Total dos resultados abrangentes		(106.320)		76.395	
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras					
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)					

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)		
	2021	2020
Atividades operacionais		
(Prejuízo)/lucro líquido do exercício.....	(68.797)	70.430
Ajustes para:		
Variações das provisões técnicas de prêmios.....	114.373	24.256
Variação do custo de aquisição diferido.....	(17.907)	(26.868)
Variação da despesa de resseguro.....	15.766	(10.165)
Depreciações e amortizações.....	37.645	25.634
Ganho ou perda na alienação de imobilizado.....	1.330	245
Provisão para redução ao valor recuperável.....	1.389	2.066
Resultado de equivalência patrimonial.....	(5.432)	2.468
Variação nas contas patrimoniais:		
Aplicações.....	150.562	308.515
Créditos das operações de seguros e resseguros.....	(95.619)	(289.207)
Outros créditos operacionais.....	(90)	4.098
Ativos de resseguros e retrocessões - provisões técnicas.....	(109.217)	(22.344)
Títulos e créditos a receber.....	(122.788)	(7.650)
Outros valores e bens.....	(76.934)	(9.653)
Despesas antecipadas.....	(847)	(5.300)
Custos de aquisição diferidos.....	45	25
Contas a pagar.....	16.998	18.361
Débitos de operações com seguros e resseguros.....	19.817	16.528
Depósito de terceiros.....	517	(2.533)
Provisões técnicas - seguros.....	228.852	73.155
Outros débitos.....	38.743	809
Ajuste com títulos e valores mobiliários.....	(37.523)	5.965
Caixa gerado pelas operações.....	90.883	178.835
Recebimentos de juros sobre o capital próprio.....	681	—
Impostos sobre o lucro pago.....	(4.734)	(14.248)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais.....	86.830	164.587
Atividades de investimento		
Investimentos.....	—	(6.000)
Aquisição de imobilizado e intangível.....	(50.337)	(86.420)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento.....	(50.337)	(92.420)
Atividades de financiamento		
Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio pagos.....	(51.107)	(52.462)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento ...	(51.107)	(52.462)
(Redução)/aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa.....		
equivalentes de caixa.....	(14.614)	19.705
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício.....	50.758	31.053
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício.....	36.144	50.758
(Redução)/aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa.....		
equivalentes de caixa.....	(14.614)	19.705
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras		

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA HDI SEGUROS S.A. (Em milhares de reais)

acumulada e perdas de redução de valor recuperável acumuladas, quando aplicável. Gastos subsequentes são capitalizados somente quando geram benefícios econômicos futuros associados e possam ser avaliados com confiabilidade. Gastos com reparo ou manutenção são reconhecidos no resultado do período à medida que são incorridos. A depreciação do ativo imobilizado é reconhecida no resultado pelo método linear considerando as seguintes vidas úteis estimadas: móveis, máquinas, utensílios e equipamentos - 10 anos; equipamentos de informática, veículos e benfeitorias em imóveis de terceiros - 5 anos. **3.7 Ativo intangível: 3.7.1 Ágio:** O ágio no valor de R\$ 215.000, registrado na aquisição da HSBC Seguros de Automóveis e Bens (Brasil) S.A., ocorrida em 30 de novembro de 2005, foi classificado como intangível no ativo não circulante em 1º de abril de 2006, data de sua incorporação. Esse ativo intangível está fundamentado na expectativa de rentabilidade futura. A amortização do ágio, registrada contabilmente até 2008, foi calculada considerando a proporção decorrida da referida expectativa de rentabilidade futura. A partir de 2009, o ágio no valor de R\$ 176.478 deixou de ser amortizado para efeito contábil e a sua recuperabilidade é testada anualmente no encerramento do ano. **Teste de recuperabilidade:** A companhia realizou o teste de recuperabilidade do ágio considerando o método do fluxo de caixa descontado dos acionistas: Utilizou-se para o teste o modelo de dois estágios: (1) os fluxos de caixa nominais detalhados foram projetados até 2026. Os prêmios, sinistralidade, comissionamento, despesas administrativas e demais componentes do resultado foram projetados com base no percentual médio histórico ajustado de acordo com as premissas de crescimento; (2) o fluxo de caixa do último ano é projetado para os demais anos considerando uma taxa de crescimento perpétuo de 5%, composta pela taxa potencial de crescimento do PIB mais a inflação projetada de longo prazo. Os fluxos foram trazidos a valor presente utilizando-se a taxa de desconto de 14,1% (13,23% em 2020) apurada com base no modelo de precificação de ativos de capital (CAPM). O teste indicou que o valor de avaliação da HDI Seguros S.A. é superior ao valor contábil de seu patrimônio líquido, motivo pelo qual não houve a necessidade de constituição de provisão para redução ao valor recuperável. **3.7.2 Outros intangíveis:** São classificados como ativo intangível os softwares desenvolvidos internamente, licenças de uso de softwares de terceiros que não são imprescindíveis para o funcionamento dos hardwares e as respectivas despesas de implantação. O intangível é demonstrado ao custo histórico, reduzido por amortizações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável. A amortização é reconhecida no resultado pelo método linear considerando uma vida útil estimada de 5 anos. **3.8 Provisões técnicas:** As provisões técnicas são constituídas em conformidade com as determinações da Circular SUSEP nº 517/15 e alterações, da Resolução CNSP nº 321/15 e alterações, e com base em critérios, parâmetros e fórmulas documentados em Notas Técnicas Atuariais (NTA), descritos a seguir. A provisão de prêmios não ganhos dos riscos vigentes e emitidos (PPNG-RVE) é constituída para a cobertura dos valores a pagar relativos a sinistros e despesas a ocorrer, ao longo dos prazos a decorrer, referentes aos riscos assumidos e já emitidos na data-base de cálculo. A PPNG é calculada pelo método *pro rata die* com base no valor do prêmio comercial, incluindo as operações de cosseguro aceito, bruto das operações de resseguro e líquido das operações de cosseguro cedido. A provisão de prêmios não ganhos dos riscos vigentes e não emitidos (PPNG-RVNE), representa o complemento da PPNG-RVE dada a existência de riscos assumidos cuja apólice ainda não foi emitida. É calculada com base em metodologia envolvendo a construção de triângulos de *run-off* que consideram o intervalo entre a data de início de vigência do risco e a data de emissão das apólices, em bases retrospectivas, no período de 25 meses e acrescida das informações já conhecidas relativos a riscos já vigentes, mas ainda não emitidos na data-base. A provisão de sinistros a liquidar (PSL) é constituída pela estimativa de pagamentos para a liquidação de sinistros pendentes, brutos de resseguros e cosseguro aceito e líquidos da recuperação de cosseguro cedido, determinada com base nos avisos de sinistros recebidos até a data-base. Os valores provisionados são atualizados monetariamente. A provisão de sinistros ocorridos não avisados (IBNR) é constituída para a cobertura de sinistros já ocorridos que a Companhia ainda não tem ciência. É calculada com base em três metodologias atuariais distintas usualmente praticadas pelo mercado. O Método de Desenvolvimento de Sinistros Avisados (DFM) considera a experiência histórica do período transcorrido entre a data de ocorrência do evento coberto e do respectivo registro na Companhia, utilizando-se triângulos de *run-off* para sinistros ocorridos a partir de janeiro de 2000. Em conjunto ao Método de Desenvolvimento de Sinistros Avisados, a Companhia também aplica as metodologias de Sinistralidade Esperada e *Bornhuetter - Ferguson* (BF) afim de atingir a melhor estimativa final. A provisão de despesas relacionadas (PDR) é constituída para a cobertura dos valores esperados de despesas relacionadas a sinistros já ocorridos, considerando as despesas alcováveis (ALAE) e despesas não alcováveis (ULAE). Para estimativa das despesas alcováveis (ALAE), é considerada a experiência histórica de ocorrência de sinistros e de pagamentos das correspondentes despesas, para a obtenção da estimativa das despesas ainda não pagas referentes a sinistros já incorridos, baseado nas análises de triângulos de *run-off* e no método de desenvolvimento de despesas avisadas e pagas. Para estimativa das despesas não alcováveis (ULAE) é considerada a relação entre os valores pagos das despesas e montante pago com indenizações de sinistros com a utilização de um modelo de regressão *Beta*, onde a variável resposta corresponde à referida relação e a variável explicativa corresponde ao montante pago com indenizações de sinistros. Estima-se o montante de despesas não alcováveis com base na aplicação dos parâmetros do modelo sobre a estimativa do montante de indenizações de sinistros, obtida através da análise de sua evolução temporal. A provisão de despesas relacionadas ULAE é constituída como o resultado da média simples das estimativas de ULAE dos últimos três meses. A provisão de sucumbência, contabilizada juntamente à PDR, é constituída pela aplicação do percentual histórico observado de sucumbência paga sobre o valor de reserva de cada sinistro registrado na provisão de sinistros a liquidar judicial (PSL - Jud), salvo os casos em que já houver sentença desfavorável à seguradora/segurado, onde o valor provisionado será conforme arbitrado pelo juiz. O ajuste de sinistros ocorridos e não suficientemente avisados (IBNER), é realizado de forma agregada para sinistros ainda não pagos, cujos valores poderão ser alterados ao longo do processo até a sua liquidação final. Seu cálculo envolve análise conjunta de diversas metodologias usualmente praticadas pelo mercado (desenvolvimento de sinistros e *Bornhuetter - Ferguson* (BF)) para estimativa do IBNP - sinistros incorridos e não pagos. Sobre a parcela administrativa estimada, é aplicado o desconto financeiro do fluxo futuro de melhores estimativas dos pagamentos de sinistros já ocorridos com base nas taxas prefixadas de estrutura a termo das taxas de juros (ETTJ). A atualização da provisão estimada é realizada através do incremento mensal estimado com base na projeção de sinistros para o exercício, de maneira a refletir a evolução da carteira de seguros. A estimativa de recebimento de salvados e ressarcidos corresponde à expectativa de recuperação futura de salvados e ressarcidos de sinistros ocorridos e ainda não liquidados. Seu cálculo envolve análise conjunta de diversas metodologias usualmente praticadas pelo mercado (desenvolvimento de sinistros e *Bornhuetter - Ferguson* (BF)) para estimativa do montante final de recuperações. Sobre a parcela administrativa estimada de salvados, é aplicado o desconto financeiro do fluxo futuro de melhores estimativas de recebimento com base nas taxas prefixadas de estrutura a termo da taxa de juros (ETTJ) e sua atualização é realizada com base na projeção de sinistros para o exercício, de maneira a refletir a evolução da carteira de seguros. **3.9 Teste de adequação dos passivos (TAP):** Conforme requerido pela Circular SUSEP nº 517/15 e alterações, a Companhia elaborou o teste de adequação de passivos para todos os contratos que atendem à definição de um contrato de seguro segundo o CPC 11, vigentes na data-base do teste. Este teste é elaborado semestralmente e considera como valor líquido contábil (*net carrying amount*) os passivos de contratos de seguro brutos de resseguro, deduzidos dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados às provisões técnicas. Os contratos foram agrupados pelos ramos conforme estabelecido pela Circular SUSEP nº 535/16 e alterações. Caso seja identificada qualquer deficiência no teste, a Companhia deverá registrar a perda imediatamente na apuração do resultado do período, constituindo provisões adicionais aos passivos de seguros já registrados na data-base do teste. Para esse teste foi adotada uma metodologia contemplando a melhor estimativa de todos os fluxos de caixa futuros relacionados aos riscos vigentes na data-base do teste, com valores brutos de resseguro, trazidos a valor presente com base na estrutura a termo das taxas de juros (ETTJ), através dos índices atualizados à data-base do cálculo para as opções prefixadas ou IPCA. O resultado do TAP foi apurado pela diferença entre a soma do valor das estimativas correntes dos fluxos de caixa, de sinistros ocorridos já avisados, de sinistros ocorridos mas não avisados e dos sinistros a ocorrer relativos às apólices vigentes na data-base, acrescidas das estimativas das respectivas despesas e recuperações; e a soma do saldo contábil das provisões técnicas na mesma data-base, deduzida dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados às provisões técnicas. O valor presente esperado do fluxo de caixa relativo a sinistros ocorridos, já refletido pela expectativa de despesas alcováveis a sinistros e salvados, foi comparado as provisões técnicas de sinistros ocorridos PSL e IBNR. O valor presente esperado do fluxo relativo a sinistros a ocorrer, relativo a apólices vigentes, acrescido das despesas administrativas e outras despesas e receitas, foi comparado à soma da PPNG-RVE e PPNG-RVNE. A projeção de sinistros a ocorrer considerou a melhor estimativa de sinistralidade para cada agrupamento de ramos, tendo por base a série histórica de períodos trimestrais compreendidos nos últimos 24 meses da análise, resultando na sinistralidade global de 74,96% para a Companhia. O teste de adequação dos passivos realizado para a data-base de 31 de dezembro de 2021 não indicou a necessidade de ajuste nas provisões técnicas. **3.10 Passivos financeiros:** Passivos financeiros compreendem, principalmente, contas a pagar, débitos das operações com seguros e resseguros e depósito de terceiros. **3.11 Benefícios a empregados:** Os benefícios a empregados incluem: (i) benefícios de curto prazo, tais como salários, ordenados e contribuições para a previdência social, licença remunerada por doença, programa de participação nos lucros e resultados, gratificações e benefícios não monetários (seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais, estacionamento, vale-transporte, vale-refeição, vale-alimentação e treinamento profissional) são oferecidos aos funcionários e reconhecidos no resultado à medida que são incorridos; (ii) benefícios por desligamento: aviso prévio, indenização adicional conforme convenção coletiva, indenização de 40% sobre o saldo do fundo de garantia por tempo de serviço - FGTS e permanência no plano de seguro saúde por 30, 60 ou 90 dias de acordo com o tempo de serviço efetivo na Companhia; e (iii) plano de previdência privada a seus funcionários e diretores na modalidade contribuição definida - plano gerador de benefício livre (PGBL). A Companhia não concede qualquer outro tipo de benefício pós-emprego e não tem como política remunerar empregados por meio de plano de remuneração baseado em ações. Quanto aos administradores, vide nota 26b. **3.12 Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, com adicional de 10% sobre a parcela do lucro que exceder a R\$ 20 por mês. A contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável (vide nota 25). A Lei nº 14.183/21 aumentou de 15% para 20% a alíquota da contribuição social devida sobre o lucro líquido no período entre julho e dezembro de 2021. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável calculado com base nas alíquotas vigentes na data de balanço. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de recolhimento (impostos correntes). Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido sobre prejuízos fiscais e bases de cálculo negativas e diferenças temporárias quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de levantamento das demonstrações financeiras e serão desreconhecidos quando não houver expectativa de geração de lucros tributáveis futuros suficientes para que o crédito tributário seja utilizado. **3.13 Provisões judiciais:** São constituídas pelo valor estimado dos pagamentos a serem realizados em relação às ações judiciais em curso, cuja probabilidade de perda é considerada provável. Eventuais contingências ativas não são reconhecidas até que as ações sejam julgadas favoravelmente à Companhia em caráter definitivo ou no momento em que os acordos são celebrados. **3.14 Classificação dos contratos de seguro:** Contrato de seguro é aquele em que a Companhia aceita um risco de seguro significativo do segurado, aceitando indenizá-lo no caso de um acontecimento futuro, incerto e específico que o afetou adversamente. Os contratos de resseguro também são tratados sob a ótica de contratos de seguros por transferência de risco de seguro significativo. **3.15 Mensuração dos contratos de seguros:** As receitas de prêmios e os correspondentes custos de aquisição são registrados quando da emissão das respectivas apólices ou pelo início de vigência do risco para os riscos vigentes ainda sem emissão das respectivas apólices, e apropriados, em bases lineares, no decorrer do prazo de vigência das apólices, por meio de constituição e reversão da provisão de prêmios não ganhos e dos custos de aquisição diferidos. Os juros cobrados sobre o parcelamento de prêmios de seguros são diferidos para apropriação no resultado no mesmo prazo do parcelamento dos correspondentes prêmios de seguros. As despesas e receitas dos resseguros proporcionais são reconhecidas simultaneamente aos prêmios de seguros correspondentes, enquanto que as relacionadas aos resseguros não proporcionais são reconhecidas de acordo com período de cobertura dos contratos firmados com os resseguradores. **3.16 Arrendamentos:** De acordo com o CPC 06 (R2) - Arrendamentos (IFRS 16), um contrato é ou contém um arrendamento quando se transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início dos arrendamentos. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por remensurações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de arrendamentos que não foram pagos na data de início, descontados usando a taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, a taxa de empréstimo incremental. A Companhia optou pela aplicação da taxa incremental para o cálculo do valor presente dos passivos de arrendamento no registro inicial do contrato. A taxa incremental é a taxa de juros que o arrendatário teria que pagar ao tomar recursos emprestados para a aquisição de ativo semelhante ao ativo objeto do contrato de arrendamento, por prazo semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. **Mudança nas principais políticas contábeis:** O CPC 06 (R2) - Arrendamentos (IFRS 16) - Introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial de arrendatários. Como resultado, a Companhia reconheceu os ativos de direito de uso que representam seus direitos de utilizar os ativos subjacentes e os passivos de arrendamento que representam sua obrigação de efetuar pagamentos de arrendamento. A Companhia adotou o normativo e utilizou a abordagem retrospectiva modificada, na qual o efeito cumulativo da adoção inicial foi reconhecido como um ajuste no saldo de abertura dos lucros acumulados em 1º de janeiro de 2021. Portanto, a informação comparativa apresentada para 2020 não foi reapresentada - ou seja, é apresentada conforme anteriormente reportado de acordo com o CPC 06 (R2) - Arrendamento (IFRS 16) e interpretações relacionadas. Os passivos de arrendamento foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes, descontados pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Os ativos de direito de uso são mensurados ao seu valor contábil como se o CPC 06 (R2) - Arrendamento (IFRS 16) tivesse sido aplicado desde a data de início, descontado pela taxa de empréstimo incremental na data da aplicação inicial. O efeito desta nova norma no período está apresentado na nota 18.

4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

a. Composição por categoria

Aplicação/ categoria	Nível hierár- quico	31/12/2021					31/12/2020				
		Valor do custo atuai- zado	Ajuste a valor justo	Valor justo	Valor contábil	%	Valor do custo atuai- zado	Ajuste a valor justo	Valor justo	Valor contábil	%
Debêntures	1	2.169	(852)	1.317	1.317	0,1%	69.788	(1.796)	67.992	67.992	3,3%
Letras financeiras	2	1.647	(11)	1.636	1.636	0,1%	19.051	(132)	18.919	18.919	0,9%
Nota promissória	1	—	—	—	—	0,0%	623	(11)	612	612	0,0%
Quotas de fundos de investimento	2	408.564	—	408.564	408.564	21,7%	539.784	—	539.784	539.784	26,5%
Ações	1	—	—	—	—	0,0%	116	—	116	116	0,0%
Derivativos	2	1.014	—	1.014	1.014	0,1%	85	—	85	85	0,0%
Valor justo por meio do resultado		413.394	(863)	412.531	412.531	21,9%	629.447	(1.939)	627.508	627.508	30,8%
Certificados de depósito bancário ..	2	99.105	—	99.105	99.105	5,3%	75.876	—	75.876	75.876	3,7%
Depósito à prazo com garantias especiais	2	298.491	—	298.491	298.491	15,8%	283.543	—	283.543	283.543	13,9%
Letras financeiras	2	276.246	(22.504)	253.742	253.742	13,5%	199.189	5.649	204.838	204.838	10,1%
Letras financeiras do tesouro	1	4.042	—	4.042	4.042	0,2%	50.412	(418)	49.994	49.994	2,5%
Notas do tesouro nacional	1	400.780	(18.032)	382.748	382.748	20,3%	77.051	1.329	78.380	78.380	3,9%
Letras do tesouro nacional	1	319.694	(8.379)	311.315	311.315	16,5%	541.460	5.565	547.025	547.025	26,9%
Debêntures	2	2.283	(67)	2.216	2.216	0,1%	52.648	1.241	53.889	53.889	2,6%
Títulos da dívida agrária	1	2.272	(31)	2.241	2.241	0,1%	6.108	246	6.354	6.354	0,3%
Disponíveis para venda		1.402.913	(49.013)	1.353.900	1.353.900	71,9%	1.286.287	13.612	1.299.899	1.299.899	63,9%
Notas do tesouro nacional ..	1	117.645	(372)	117.273	117.645	6,2%	107.231	11.370	118.601	107.231	5,3%
Mantidos até o vencimento		117.645	(372)	117.273	117.645	6,2%	107.231	11.370	118.601	107.231	5,3%
Total		1.933.952	(50.248)	1.883.704	1.884.076	100,0%	2.022.965	23.043	2.046.008	2.034.638	100,0%
Ativo circulante				1.047.900						1.042.273	
Ativo não circulante				836.176						992.365	

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2 - *Inputs*, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

b. Composição das aplicações por vencimento

Títulos	31/12/2021					31/12/2020	
	0 a 3 meses ou sem vencimento definido	3 - 6 meses	6 - 9 meses	9 - 12 meses	1 - 3 anos	Acima de 3 anos	Total (Saldo contábil)
Debêntures	1.317	—	—	—	—	—	1.317
Letras financeiras	1.636	—	—	—	—	—	1.636
Quotas de fundos de investimento	408.564	—	—	—	—	—	408.564
Derivativos	1.014	—	—	—	—	—	1.014
Valor justo por meio do resultado	412.531	—	—	—	—	—	412.531
Letras financeiras do tesouro	—	—	4.042	—	—	—	4.042
Depósito à prazo com garantias especiais ..	—	—	261.058	37.433	—	—	298.491
Letras do tesouro nacional	—	40.984	85.371	23.926	161.034	—	311.315
Certificado de depósito bancário	47.797	3.118	48.190	—	—	—	99.105
Títulos da dívida agrária	371	196	1.015	284	375	—	2.241
Debêntures	—	—	—	—	—	2.216	2.216
Letras financeiras	—	—	13.508	76.740	163.494	253.742	507.452
Notas do tesouro nacional	—	—	29.386	—	70.101	283.261	382.748
Disponíveis para venda	48.168	44.298	429.062	75.151	308.250	448.971	1.353.900
Notas do tesouro nacional	—	—	38.690	—	78.955	—	117.645
Mantidos até o vencimento	—	—	38.690	—	78.955	—	117.645
Total	460.699	44.298	467.752	75.151	387.205	448.971	1.884.076
Ativo circulante							1.047.900
Ativo não circulante							836.176

Títulos	31/12/2020					31/12/2020	
	0 a 3 meses ou sem vencimento definido	3 - 6 meses	6 - 9 meses	9 - 12 meses	1 - 3 anos	Acima de 3 anos	Total (Saldo contábil)
Debêntures	67.992	—	—	—	—	—	67.992
Letras financeiras	18.919	—	—	—	—	—	18.919
Notas promissórias	612	—	—	—	—	—	612
Quotas de fundos de investimento	539.784	—	—	—	—	—	539.784
Ações	116	—	—	—	—	—	116
Derivativos	85	—	—	—	—	—	85
Valor justo por meio do resultado	627.508	—	—	—	—	—	627.508
Letras financeiras do tesouro	7.036	—	—	—	—	42.958	49.994
Depósito à prazo com garantias especiais ..	—	—	—	283.543	—	—	283.543
Letras do tesouro nacional	—	122.387	138.540	49.060	237.038	—	547.025
Certificado de depósito bancário	48.569	27.307	—	—	—	—	75.876
Títulos da dívida agrária	447	425	1.051	491	2.911	1.029	6.354
Debêntures	—	—	—	22.970	30.919	53.889	107.778
Letras financeiras	—	6.406	639	—	18.371	179.422	204.838
Notas do tesouro nacional	—	12.407	—	—	29.060	36.913	78.380
Disponíveis para venda	56.052	168.932	140.230	49.551	593.893	291.241	1.299.899
Notas do tesouro nacional	—	—	—	—	35.186	72.045	107.231
Mantidos até o vencimento	—	—	—	—	35.186	72.045	107.231
Total	683.560	168.932	140.230	49.551	629.079	363.286	2.034.638
Ativo circulante							1.042.273
Ativo não circulante							992.365

c. Movimentação das aplicações financeiras

	Títulos públicos	Títulos privados	Quotas de fundo de investimento	Total
	893.773	454.150	995.230	2.343.153
Saldo em 31 de dezembro de 2019	893.773	454.150	995.230	2.343.153
Aplicações	1.261.243	880.181	1.160.735	3.302.159
Resgates	(1.432.676)	(672.917)	(1.636.115)	(3.741.708)
Rendimentos	60.015	40.842	19.934	120.791
Varição no valor justo dos ativos financeiros disponíveis para venda	6.629	3.614	—	10.243
Saldo em 31 de dezembro de 2020	788.984	705.870	539.784	2.034.638
Aplicações	895.821	770.740	952.022	2.618.583
Resgates	(904.927)	(831.868)	(1.096.169)	(2.832.964)
Rendimentos	71.041	42.476	12.927	126.444
Varição no valor justo dos ativos financeiros disponíveis para venda	(32.928)	(29.697)	—	(62.625)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	817.991	657.521	408.564	1.8

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA HDI SEGUROS S.A. (Em milhares de reais)

13. OBRIGAÇÕES A PAGAR

Composição	31/12/2021	31/12/2020
Fornecedores.....	18.818	13.460
Honorários e remunerações a pagar.....	13.894	10.562
Participação nos lucros a pagar.....	7.633	7.642
Outros.....	204	117
Total.....	40.549	31.781

14. IMPOSTOS E ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER

Composição	31/12/2021	31/12/2020
Imposto de renda retido na fonte.....	7.065	4.395
Imposto sobre serviços.....	3.021	2.717
Imposto sobre operações financeiras.....	90.257	84.750
Contribuições previdenciárias.....	9.318	5.632
Outros.....	7.276	3.701
Total.....	116.937	101.195

15. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

	31/12/2021	31/12/2020
Imposto de renda a pagar.....	—	169
COFINS.....	3.950	5.864
PIS.....	642	953
Total.....	4.592	6.986

16. DEPÓSITO DE TERCEIROS

Composição por data de recebimento	31/12/2021	31/12/2020
Até 30 dias.....	2.934	1.359
De 31 a 60 dias.....	873	483
De 61 a 90 dias.....	246	371
De 91 a 120 dias.....	243	323
De 121 a 150 dias.....	82	259
De 151 a 180 dias.....	48	331
De 181 a 365 dias.....	—	783
Total.....	4.426	3.909

17. PROVISÕES TÉCNICAS

a. Composição

	31/12/2021			31/12/2020		
	Bruto de resseguro	Parcela ressegurada	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Parcela ressegurada	Líquido de resseguro
Composição						
Provisão de prêmios não ganhos.....	1.981.619	18.938	1.962.681	1.867.116	34.700	1.832.416
Provisão de sinistros a liquidar.....	810.370	216.187	594.183	611.755	118.617	493.138
Provisões de sinistros administrativos e judiciais.....	869.426	216.187	653.239	674.009	118.617	555.392
Estimativa de salvados e ressarcidos.....	(59.056)	—	(59.056)	(62.254)	—	(62.254)
Provisão de despesas relacionadas.....	69.491	9.290	60.201	65.073	6.261	58.812
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados.....	121.712	6.133	115.579	82.318	5.864	76.454
Provisão de sinistros ocorridos e não suficientemente avisados.....	145.553	11.293	134.260	159.258	2.948	156.310
Total do circulante e não circulante.....	3.128.745	261.841	2.866.904	2.785.520	168.390	2.617.130
Passivo circulante.....	2.809.967	183.761	2.626.206	2.529.969	101.244	2.428.725
Passivo não circulante.....	318.778	76.080	240.698	255.551	67.146	188.405

A provisão de prêmios não ganhos de resseguro está líquida dos custos de aquisição diferidos.

b. Abertura por ramo

	Provisões técnicas brutas de resseguro		Provisões técnicas líquidas de resseguro	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Composição				
Automóvel.....	2.528.327	2.349.335	2.524.585	2.342.429
Patrimonial.....	459.339	344.253	219.744	204.614
Transportes.....	38.870	27.796	33.534	22.205
Demais.....	102.209	64.136	89.041	47.882
Total.....	3.128.745	2.785.520	2.866.904	2.617.130

c. Movimentação

	Provisão de prêmios não ganhos	Provisão de sinistros a liquidar	Provisão de despesas relacionadas	Provisão de sinistros ocorridos e não avisados	Provisão de sinistros ocorridos e não suficientemente avisados	Total
Movimentação						
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.842.916	531.254	65.610	79.758	168.571	2.688.109
Constituição de provisões.....	3.635.696	—	3.439	29.849	14.068	3.683.052
Reversão de provisões.....	(3.611.496)	—	(2.811)	(28.924)	(23.381)	(3.666.612)
Sinistros avisados.....	—	2.562.949	—	—	—	2.562.949
Despesas de sinistros.....	—	—	94.674	—	—	94.674
Indenizações e despesas de sinistros pagos.....	—	(2.529.369)	(98.558)	—	—	(2.627.927)
Constituição da estimativa de salvados e ressarcidos.....	—	16.596	—	(177)	—	16.419
Reversão da estimativa de salvados e ressarcidos.....	—	(787)	—	1.812	—	1.025
Variação dos salvados não indenizados.....	—	1.204	—	—	—	1.204
Atualização monetária e juros.....	—	29.908	2.719	—	—	32.627
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.867.116	611.755	65.073	82.318	159.258	2.785.520
Constituição de provisões.....	3.700.073	—	3.097	48.730	25.439	3.777.339
Reversão de provisões.....	(3.585.570)	—	(2.614)	(4.666)	(39.144)	(3.631.994)
Sinistros avisados.....	—	2.937.586	—	—	—	2.937.586
Despesas de sinistros.....	—	—	101.908	—	—	101.908
Indenizações e despesas de sinistros pagos.....	—	(2.780.282)	(101.389)	—	—	(2.881.671)
Constituição da estimativa de salvados e ressarcidos.....	—	(11.457)	—	(5.104)	—	(16.561)
Reversão da estimativa de salvados e ressarcidos.....	—	21.343	—	434	—	21.777
Variação dos salvados não indenizados.....	—	(6.688)	—	—	—	(6.688)
Atualização monetária e juros.....	—	38.113	3.416	—	—	41.529
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.981.619	810.370	69.491	121.712	145.553	3.128.745
Passivo circulante.....	—	—	—	—	—	2.809.967
Passivo não circulante.....	—	—	—	—	—	318.778

d. Garantia das provisões técnicas

	31/12/2021	31/12/2020
Provisões técnicas.....	3.128.745	2.785.520
Ativos de resseguros redutores de:		
Provisão de prêmios não ganhos.....	(4.559)	(7.257)
Provisão de sinistros a liquidar.....	(216.187)	(118.617)
Provisão de despesas relacionadas.....	(9.290)	(6.261)
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados.....	(6.133)	(5.864)
Provisão de sinistros ocorridos e não suficientemente avisados.....	(11.293)	(2.948)
Direitos creditórios.....	(1.057.016)	(1.010.009)
Custos de aquisição diferidos redutores.....	(237.306)	(222.602)
Depósitos judiciais.....	(9.697)	(12.214)
Total a ser coberto.....	1.577.264	1.399.748
Aplicações financeiras (nota 4a).....	1.884.076	2.034.638
Ativos livres.....	(154.039)	(389.291)
Bens vinculados oferecidos para cobertura.....	1.730.037	1.645.347
Excedente.....	152.773	245.599

e. Desenvolvimento de sinistros

O quadro de desenvolvimento de sinistros tem o objetivo de apresentar o desenvolvimento das reavaliações estimadas dos sinistros já avisados ao longo dos anos até a sua liquidação em relação à sua estimativa inicial. A tabela de estimativas de sinistros demonstra na primeira linha o valor da estimativa inicial, registrada na provisão de sinistros a liquidar, e nas linhas subsequentes os valores das reavaliações ao longo dos anos. A tabela de pagamentos de sinistros demonstra os montantes liquidados em cada momento desde o registro da estimativa inicial na Companhia. A provisão de IBNER apresentada na tabela é atuarialmente constituída para dar cobertura ao desenvolvimento dos sinistros.

	Bruto de Resseguro	Líquido de Resseguro
Provisão de sinistros a liquidar.....	810.370	594.183
(-) IBNER.....	(145.553)	(134.260)
Provisão de sinistros a liquidar (nota 17a).....	664.817	459.923
Estimativa de salvados e ressarcidos.....	59.056	59.056
Correção monetária e juros.....	(118.518)	(55.952)
Sinistros a liquidar de retrocessão.....	(4.279)	(4.304)
Provisão de sinistros a liquidar <i>Large Losses</i> (1).....	(133.023)	(14.210)
Provisão de sinistros a liquidar de anos anteriores a julho de 2015.....	(49.299)	(33.051)
Passivo apresentado na tabela de desenvolvimento de sinistros.....	564.307	545.722

(1) São considerados sinistros *Large Losses* aqueles que possuem baixa frequência e alta severidade, além de possuírem percentual significativo de resseguro.

Sinistros avisados brutos de resseguro - Administrativos

Ano de Cadastro	2016	2017	2018	2019	2020	2021	Total
No ano de cadastro.....	1.895.646	1.854.547	1.965.641	2.211.909	2.391.295	2.726.646	2.726.646
1 ano depois.....	1.920.552	1.880.699	2.007.284	2.255.099	2.425.516	—	2.425.516
2 anos depois.....	1.922.306	1.882.377	2.011.491	2.255.189	—	—	2.255.189
3 anos depois.....	1.922.033	1.883.534	2.012.595	—	—	—	2.012.595
4 anos depois.....	1.922.546	1.883.030	—	—	—	—	1.883.030
5 anos depois.....	1.922.604	—	—	—	—	—	1.922.604
Estimativa Acumulada na Data-Base ...	1.922.604	1.883.030	2.012.595	2.255.189	2.425.516	2.726.646	13.225.580
Diferenças entre Estimativas Finais e Iniciais.....	26.958	28.483	46.954	43.280	34.221	—	—
Pagamentos Acumulados na Data-Base.....	(1.921.381)	(1.881.216)	(2.010.691)	(2.253.257)	(2.418.330)	(2.283.558)	(12.768.433)
Passivo Representado no Quadro.....	1.223	1.814	1.904	1.932	7.186	443.088	457.147
Sinistros avisados brutos de resseguro - Judiciais							
Ano de Cadastro	2016	2017	2018	2019	2020	2021	Total
No ano de cadastro.....	27.668	27.129	31.833	21.942	31.610	31.238	31.238
1 ano depois.....	41.765	43.024	41.335	48.058	51.999	—	51.999
2 anos depois.....	43.354	40.428	47.874	53.440	—	—	53.440

Ano de Cadastro	2016	2017	2018	2019	2020	2021	Total
3 anos depois.....	39.532	43.660	50.040	—	—	—	50.040
4 anos depois.....	40.777	44.088	—	—	—	—	44.088
5 anos depois.....	40.661	—	—	—	—	—	40.661
Estimativa Acumulada na Data-Base.....	40.661	44.088	50.040	53.440	51.999	31.238	271.466
Diferenças entre Estimativas Finais e Iniciais.....	12.993	16.959	18.207	31.498	20.389	—	—
Pagamentos Acumulados na Data-Base.....	(34.084)	(35.463)	(34.934)	(30.889)	(19.382)	(9.554)	(164.306)
Passivo Representado no Quadro.....	6.577	8.625	15.106	22.551	32.617	21.684	107.160

Sinistros avisados líquidos de resseguro - Administrativos

Ano de Cadastro	2016	2017	2018	2019	2020	2021	Total
No ano de cadastro.....	1.887.056	1.846.424	1.955.970	2.194.296	2.335.520	2.691.038	2.691.038
1 ano depois.....	1.911.948	1.872.465	1.993.041	2.237.401	2.373.234	—	2.373.234
2 anos depois.....	1.913.475	1.873.450	1.996.186	2.237.496	—	—	2.237.496
3 anos depois.....	1.913.180	1.874.607	1.996.889	—	—	—	1.996.889
4 anos depois.....	1.913.668	1.873.969	—	—	—	—	1.873.969
5 anos depois.....	1.913.241	—	—	—	—	—	1.913.241
Estimativa Acumulada na Data-Base ...	1.913.241	1.873.969	1.996.889	2.237.496	2.373.234	2.691.038	13.085.867
Diferenças entre Estimativas Finais e Iniciais.....	26.185	27.545	40.919	43.200	37.714	—	—

Pagamentos Acumulados na Data-Base.....	(1.913.091)	(1.873.674)	(1.995.888)	(2.236.530)	(2.369.153)	(2.257.215)	(12.645.551)
Passivo Representado no Quadro.....	150	295	1.001	966	4.081	433.823	440.316

Sinistros avisados líquidos de resseguro - Judiciais

Ano de Cadastro	2016	2017	2018	2019	2020	2021	Total
No ano de cadastro.....	25.984	26.934	31.816	21.936	31.332	31.027	31.027
1 ano depois.....	39.995	42.789	41.269	47.952	51.309	—	51.309
2 anos depois.....	42.398	40.216	47.741	53.319	—	—	53.319
3 anos depois.....	39.282	42.770	49.837	—	—	—	49.837
4 anos depois.....	40.221	42.565	—	—	—	—	42.565
5 anos depois.....	39.854	—	—	—	—	—	39.854
Estimativa Acumulada na Data-Base.....	39.854	42.565	49.837	53.319	51.309	31.027	267.911
Diferenças entre Estimativas Finais e Iniciais.....	13.870	15.631	18.021	31.383	19.977	—	—
Pagamentos Acumulados na Data-Base.....	(33.738)	(34.221)	(34.856)	(30.862)	(19.312)	(9.516)	(162.505)
Passivo Representado no Quadro.....	6.116	8.344	14.981	22.457	31.997	21.511	105.406

18. ATIVOS E PASSIVOS DE ARRENDAMENTOS

a) Composição

		Depreciação acumulada	Total	Passivos de arrendamento	Total
Ativos de direito de uso	Custo				
Imóveis.....	81.847	(48.545)	33.302	Imóveis.....	30.581
Veículos.....	14.876	(11.538)	3.338	Veículos.....	3.321
Total.....	96.723	(60.083)	36.640	Total.....	33.902

b) Movimentação

31/12/2021								
Ativos de direito de uso			Total	Passivos de arrendamento			Total	
	Imóveis	Veículos			Imóveis	Veículos		
Saldo no início do exercício	59.919	1.792	61.711	Saldo no início do exercício.	62.182	1.724	63.906	
Adições - remensurações	(9.512)	4.049	(5.463)	Adições - remensurações	(9.512)	4.049	(5.463)	
Depreciação.....	(17.105)	(2.503)	(19.608)	Pagamentos.....	(22.918)	(2.538)	(25.456)	
				Juros apropriados.....	828	87	915	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA HDI SEGUROS S.A. (Em milhares de reais)

23. DETALHAMENTO DAS CONTAS DE RESULTADOS

	31/12/2021	31/12/2020
a. Sinistros ocorridos.....	(2.603.714)	(2.385.814)
Indenizações avisadas.....	(2.937.707)	(2.562.954)
Serviços de assistência.....	(16.121)	(48.660)
Despesas de sinistro.....	(102.394)	(95.308)
Recuperação de sinistros.....	141	90
Salvados e ressarcimentos.....	439.351	333.816
Varição da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados.....	(44.064)	(924)
Varição da provisão de sinistros ocorridos e não suficientemente avisados.....	13.704	9.314
Varição da estimativa de salvados - PSL.....	38.706	(19.552)
Varição da estimativa de salvados - IBNR.....	4.670	(1.636)
b. Custos de aquisição.....	(775.112)	(744.260)
Comissões.....	(750.476)	(729.687)
Outras despesas de comercialização.....	(42.648)	(41.572)
Varição dos custos de aquisição diferidos.....	17.907	26.868
Recuperação de comissões.....	105	131
c. Outras receitas e despesas operacionais.....	(23.883)	(23.238)
Despesas com emissão de apólices.....	(1.422)	(2.388)
Despesas técnicas com análise de riscos.....	(15.404)	(13.591)
Contingências cíveis.....	(4.014)	(2.982)
Encargos sociais sobre comissões.....	(1.922)	(2.035)
Processamento de dados do seguro habitacional.....	(980)	(652)
Redução ao valor recuperável.....	(1.389)	(2.066)
Outras receitas e despesas.....	1.248	476
d. Receita com resseguro.....	149.036	108.626
Recuperações de indenizações de sinistros (nota 6d).....	146.528	108.722
Recuperações de despesas com sinistros.....	1.848	1.617
Varição da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados.....	269	(1.713)
Participação nos lucros.....	391	-
e. Despesa com resseguro.....	(93.797)	(64.197)
Prêmios de resseguros cedidos (nota 6e).....	(91.976)	(86.558)
Comissão sobre prêmios de resseguros cedidos.....	13.945	12.940
Varição da despesa de resseguro.....	(15.766)	10.165
Salvados e Ressarcimentos cedidos.....	-	(744)
f. Resultado com resseguro.....	55.239	44.429
g. Despesas administrativas.....	(467.541)	(430.655)
Pessoal próprio.....	(255.250)	(232.301)
Serviços de terceiros.....	(131.318)	(114.778)
Localização e funcionamento.....	(70.515)	(66.243)
Publicidade e propaganda.....	(8.453)	(13.500)
Contribuições e doativos.....	(1.009)	(3.005)
Outras despesas administrativas.....	(996)	(828)
h. Despesas com tributos.....	(56.583)	(76.498)
Impostos federais.....	(1.824)	(1.878)
Pis e Cofins.....	(49.220)	(69.247)
Outras despesas.....	(5.539)	(5.373)
i. Receitas financeiras.....	195.674	203.654
Rendimento financeiro - Valor justo por meio do resultado.....	24.760	37.736
Rendimento financeiro - Disponíveis para venda.....	88.404	71.665
Rendimento financeiro - Mantidos até o vencimento.....	13.568	11.390
Operações de seguros.....	67.976	82.124
Outras receitas financeiras.....	966	739
j. Despesas financeiras.....	(80.350)	(92.702)
Instrumentos financeiros - Valor justo por meio do resultado.....	(288)	(21.546)
Operações de seguros.....	(53.392)	(49.404)
Tarifas bancárias.....	(24.652)	(20.798)
Outras despesas financeiras.....	(2.018)	(954)
Resultado financeiro.....	115.324	110.952
Resultado patrimonial.....	5.432	(2.468)
Resultado de equivalência patrimonial.....	5.432	(2.468)

24. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Companhia é patrocinadora de um plano de previdência aos seus funcionários e diretores na modalidade contribuição definida - Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL). As contribuições aportadas ao plano somaram R\$ 14.370 (R\$ 10.888 em 2020). Além desse benefício, a Companhia também oferece aqueles descritos na nota 3.11. O montante dos benefícios pagos em 2021, incluindo as contribuições ao plano PGBL mencionadas anteriormente, totalizaram R\$ 56.996 (R\$ 51.186 em 2020).

25. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O resultado fiscal foi apurado conforme demonstrado a seguir:

	Imposto de renda		Contribuição social	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Resultado antes dos impostos e participações	(140.564)	88.569	(140.564)	88.569
Juros sobre o capital próprio.....	(51.107)	(52.462)	(51.107)	(52.462)
Participações sobre o lucro	(6.918)	(7.566)	(6.918)	(7.566)
Resultado antes da tributação sobre o lucro	(198.589)	28.541	(198.589)	28.541
Adições e exclusões temporárias	4.489	1.710	4.489	1.710
Adições e exclusões permanentes	19.478	9.847	(4.300)	4.371
Resultado fiscal do exercício	(174.622)	40.098	(198.400)	34.622
Tributos calculados pelas alíquotas oficiais (nota 3.12)	43.656	(10.000)	29.760	(5.193)
Incentivos fiscais	3.293	3.209	1.976	1.411
Encargos sobre o lucro do exercício (2)	46.949	(6.791)	31.736	(3.782)

(1) A Lei nº 14.183/21 aumentou de 15% para 20% a alíquota da contribuição social devida sobre o lucro líquido de 2021. A Companhia ajustou os créditos tributários sobre as diferenças temporárias que foram realizadas neste período com base na nova alíquota; (2) A alíquota efetiva do imposto de renda e contribuição social é de 55,98 (11,93% em 2020).

26. PARTES RELACIONADAS

a. As transações com empresas que estão sob o controle societário do Grupo TALANX, são realizadas em condições comutativas a preços, prazos e taxas normais de mercado sendo efetuadas em condições semelhantes às que seriam aplicadas entre partes não relacionadas, conforme definições contidas no Pronunciamento Técnico CPC nº 05. As transações estão demonstradas a seguir:

[illegible]

1. Talanx Asset Management GmbH - gestão de investimentos; 2. HDI Global SE - cessão de resseguro; 3. Hannover Rückversicherung AG - cessão de resseguro; 4. HDI Global Network AG - cessão de resseguro; 5. HDI Global Seguros S.A. - compartilhamento de despesas administrativas; 6. Santander Auto S.A. - compartilhamento de despesas administrativas. **B. Administradores** Os benefícios pagos aos administradores totalizaram R\$ 28.698 (R\$ 11.762 em 2020) e estão registrados na rubrica "Despesas com pessoal próprio" no grupo "Despesas administrativas". É garantido aos administradores o pagamento de 12 meses de benefícios em caso de desligamento, e de 18 meses em casos de afastamento por doença, limitados ao período do mandato em vigor. Os Administradores não recebem remuneração baseada em ações.

27. GERENCIAMENTO DE RISCO

A Companhia está exposta a riscos classificados entre risco de seguro ou risco de subscrição; risco financeiro, sendo este composto por risco de crédito, liquidez e mercado; e risco operacional, provenientes de suas operações e que podem afetar, com maior ou menor grau, os seus objetivos estratégicos. A estratégia de gestão de riscos da Companhia deriva de sua estratégia de negócios e de sua capacidade de suportar riscos (nível de solvência). De acordo com a natureza e materialidade de cada risco a Companhia exerce seu gerenciamento, e de forma integrada monitora o valor dos seus negócios. A finalidade desta nota explicativa é apresentar informações gerais sobre estas exposições, bem como os critérios adotados pela Companhia na gestão e mitigação de cada um dos riscos acima mencionados. **Estrutura de gerenciamento de riscos:** O mercado de seguros tem sido cada vez mais volátil, complexo e competitivo, com isso as práticas de gestão de riscos têm evoluído para uma visão mais alinhada a esse cenário. A Companhia acredita que o gerenciamento de riscos se utilizado de forma mais abrangente e compreensiva, integrando o Conselho, Executivos e *Stakeholders*, irá auxiliar a Companhia a obter uma vantagem competitiva. A estratégia de gestão de risco deriva da estratégia de negócio e conta com a participação dos diversos níveis organizacionais da Companhia de acordo com a responsabilidade atribuída a cada cargo, com base

políticas e responsabilidades de acordo com a complexidade dos produtos, serviços, processos operacionais e sistemas da Companhia. Participam deste processo desde a alta administração até as diversas áreas de negócios e produtos que atuam como a primeira linha de defesa na identificação, avaliação, mensuração, tratamento e monitoramento desses riscos. Também faz parte da estrutura uma área de gestão de riscos que tem a responsabilidade de atuar como a segunda linha de defesa, monitorando a exposição da Companhia a riscos. Entre outras atribuições os Comitês Executivos auxiliam a Diretoria na gestão de riscos, sendo eles:

- Conselho da Administração e Diretoria (SBM - *Supervisory Board Meeting*): O Conselho da Administração se reúne com o Presidente e Vice-Presidentes para acompanhar a implementação da estratégia e fazer correções táticas necessárias. Essa reunião tem caráter executivo, ou seja, são discutidos os resultados da Companhia e assuntos relevantes para a tomada de decisões, que incluem também a Gestão de Riscos, quando há a necessidade de alinhar medidas entre o Conselho e a Diretoria Executiva.
- Comitê Executivo de Gestão de Riscos e Compliance: constituído para assessorar a Diretoria, tendo como objetivo apresentar os relatórios das avaliações de riscos e controles internos, sugerir planos de ação para mitigar fragilidades eventualmente encontradas, analisar normativos emitidos pela SUSEP e demais órgãos públicos que afetem as operações da Companhia, aprovar as políticas que definem a estratégia para a gestão dos riscos mais relevantes, entre outras.
- Comitê de Auditoria: órgão estatutário de assessoramento ao Conselho de Administração que tem como objetivo, entre outros, avaliar a efetividade e acompanhar o trabalho da auditoria interna e externa, bem como revisar as demonstrações financeiras. As fragilidades identificadas são encaminhadas na forma de recomendações à Diretoria. O Comitê de Auditoria também assessorou o Conselho de Administração na supervisão da Estrutura de Gestão de Riscos, como previsto na Circular SUSEP nº 561/17 e alterações.
- Comitê Executivo Financeiro e Administrativo: Compete ao Comitê apoiar a Diretoria Executiva da Companhia no desempenho de suas responsabilidades relativas ao financeiro compreendendo as atividades das áreas Planejamento Financeiro, Investimentos, Tesouraria, Controladoria e Administrativo.
- Comitê Executivo de Automóvel e Massificados: O Comitê Executivo Automóvel e Massificados compreende as linhas de negócios de Produto Auto e Produto Massificados. Compete ao Comitê apoiar a Diretoria Executiva da Companhia no desempenho de suas responsabilidades relativas à automóvel e massificados.
- Comitê Executivo de Marketing: Compete ao Comitê Executivo de Marketing apoiar a Diretoria Executiva da Companhia no desempenho de suas responsabilidades relativas ao marketing, como apresentações nas ações de marketing, prestação de contas referente ao orçado x realizado das contas de publicidade, brindes, promoções e eventos, assessoria de imprensa, entre outros.
- Comitê Executivo Miscellaneous: O Comitê Executivo Miscellaneous compreende as seguintes linhas de negócios da Companhia: *Property Middle, Marine, Liability, Life e Other*, com relação a subscrição de riscos. Inclui-se também a gestão do programa de resseguros da Companhia.

• Comitê Executivo de Operações e Sinistros: O Comitê Executivo de Operações compreende os processos de regulação de sinistros, serviços e atendimento aos clientes, prevenção à fraude em sinistros, salvados e processo operacional de emissão de apólices dos produtos de automóvel.

• Comitê Executivo de Reservas: O Comitê Executivo de Reservas compreende os processos relacionados aos passivos de contratos de seguros, sendo eles de natureza atuarial ou judicial, incluindo prevenção à fraude.

• Comitê Executivo de Tecnologia da Informação: O Comitê Executivo de Tecnologia da Informação compreende os processos relacionados a infraestrutura de TI, desenvolvimento de sistemas, governança, segurança da informação e dados.

Gestão de risco de seguro/subscrição: A Companhia define como risco de seguro o risco transferido por qualquer contrato onde haja a possibilidade futura de que o evento de sinistro ocorra e onde haja incerteza sobre o valor de indenização resultante. Dentro do risco de seguro, destaca-se também o risco de subscrição que gera uma situação econômica adversa que contraria as expectativas da Companhia em relação à sua política de subscrição ou a estimativa de suas provisões. O risco de seguro, que inclui o risco de subscrição resulta principalmente de:

- Flutuações na frequência e severidade das indenizações de sinistros em relação às expectativas previstas.
- Precificação ou subscrição inadequada de riscos.
- Políticas de resseguro ou técnicas de transferência de riscos inadequadas.
- Provisões técnicas inadequadas.

Estratégia de subscrição: O elemento-chave da política de subscrição é a avaliação de riscos, que está baseada na definição dos riscos por meio de análise de perfis histórico das carteiras e outras variáveis. O principal segmento de gestão de riscos de seguros é o de seguros de danos, notadamente o de automóveis. A estratégia de subscrição visa diversificar, de forma padronizada, as operações de seguros para assegurar o balançamento da carteira e o atendimento às necessidades dos clientes. Baseia-se no agrupamento de riscos com características similares de forma a reduzir o impacto de volatilidade nos resultados e severidade dos sinistros. A Companhia mantém um controle estrito de suas regras de subscrição com intensa utilização de tecnologia para garantir a adequada seleção dos riscos. O monitoramento da carteira de contratos de seguros permite o acompanhamento da performance de cada produto bem como possibilita avaliar a eventual necessidade de alterações. A Auditoria Atuarial Independente, que é realizada anualmente conforme determinações da Resolução CNSP 321/15 e alterações, e o teste de adequação dos passivos, possibilitam averiguar a adequação do montante contábil registrado ao título de provisões técnicas, considerando as premissas mínimas determinadas pelo órgão regulador - SUSEP.

Estratégia de resseguro: Como forma de diluir e homogeneizar a responsabilidade na aceitação dos riscos inscritos pela Companhia foi definida a política de resseguro, que é revisada, no mínimo, semestralmente. As diretrizes de resseguro contêm os riscos a ressegurar (limites de retenção e aceitação por ramo e produtos), critério de escolha das resseguradoras e parâmetros de distribuição de resseguros. Os contratos de resseguros firmados consideram condições proporcionais e não proporcionais, de forma a reduzir a exposição aos riscos isolados e aos riscos de natureza catastrófica, além das colocações de riscos facultativos para gerenciamento do risco de severidade. Cabe destacar que as retenções fixadas em contratos de resseguro são iguais ou inferiores aos limites de retenção calculados de acordo com a legislação vigente.

Concentração de riscos: A tabela a seguir apresenta as importâncias seguradas por região onde a Companhia opera. Particularmente em seguros de automóveis, são contratadas coberturas de resseguro para mitigar o risco de concentração, considerando as localidades com maior penetração e acúmulo de unidades em exposição.

Riscos de danos e pessoas	31/12/2021	31/12/2020
Sul	607.636.403	571.445.505
Sudeste	275.864.006	303.689.957
Centro-Oeste	75.815.527	68.303.255
Nordeste	46.916.437	43.852.427
Norte	16.966.099	14.790.126
Total geral	1.023.198.473	1.002.081.270

Prêmios de seguros por região

	Prêmios emitidos		Prêmios resseguros cedidos		Prêmios retidos	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Riscos de danos						
Sul	1.805.971	1.724.649	48.153	14.005	1.757.818	1.710.644
Sudeste	1.226.299	1.238.875	29.838	8.891	1.196.461	1.229.984
Centro-oeste	322.639	297.939	6.266	1.786	316.373	296.153
Nordeste	262.887	263.684	5.773	1.702	257.114	261.982
Norte	91.953	85.100	1.773	579	90.180	84.521
Total	3.709.749	3.610.247	91.803	26.963	3.617.946	3.583.284

Biscos de nessoas

Número de pessoas	2012/2013	2013/2014	2014/2015	2015/2016	2016/2017	2017/2018
Sudeste.....	5.113	1.957	(175)	613	5.288	1.344
Sul.....	10.294	8.374	328	97	9.966	8.277
Centro-oeste.....	454	30	10	—	444	30
Nordeste.....	235	11	6	—	229	11
Norte.....	132	3	4	—	128	3
Total.....	16.228	10.375	173	710	16.055	9.665

Sensibilidade do risco de seguro: A Companhia efetua análise de sensibilidade da sinistralidade considerando cenários (otimista e pessimista) com base na sinistralidade histórica. A tabela abaixo apresenta o efeito no resultado líquido de imposto em função da variação de um ponto percentual na sinistralidade, apurado na data-base do balanço:

Ramos de atuação	Redução de um ponto percentual (efeito líquido de impostos)	Aumento de um ponto percentual (efeito líquido de impostos)
Automóvel	30.741	(30.741)
Patrimonial	3.561	(3.561)
Outros	1.813	(1.813)
Total	36.115	(36.115)

Líquido de resseguero:

Ramos de atuação	Redução de um ponto percentual (efeito líquido de impostos)	Aumento de um ponto percentual (efeito líquido de impostos)
Automóvel	30.663	(30.663)
Patrimonial	2.676	(2.676)
Outros	1.693	(1.693)
Total	35.032	(35.032)

Especificamente no ramo de automóveis, além do rigor na subscrição, a Companhia utiliza modelos estatísticos para precificação levando em conta diversos fatores: veículo, ano, modelo, região de circulação, bem como as variáveis relacionadas ao perfil de risco dos condutores. **Gestão de risco de liquidez:** O risco de liquidez está relacionado tanto com a incapacidade de a Companhia saldar seus compromissos, quanto aos sacrifícios ocasionados na transformação de um ativo em caixa necessário para quitar uma obrigação. A carteira de investimentos da Companhia segue a política de investimentos aprovada pelo Comitê de Investimentos e pela HDI International AG (acionista controlador), a qual determina que ao menos 10% dos ativos da carteira de investimentos estejam alocados em ativos de liquidez imediata, visando a manutenção da liquidez em níveis mínimos necessários para o pagamento das obrigações da Companhia sob qualquer circunstância. O objetivo é equilibrar a liquidez com a otimização da rentabilidade dos ativos e manutenção dos riscos de mercado e de crédito adequados à atividade da Companhia. A gestão dos ativos e passivos permite apontar com antecedência eventuais necessidades na alteração das políticas da Companhia, quer por alteração das regras de liquidez, na mudança das políticas de crédito ou até mesmo pela indicação de novos aportes de capital. A tabela a seguir apresenta todos os ativos e passivos financeiros detidos pela Companhia classificados segundo o fluxo contratual de caixa não descontado. Os passivos de seguros estão alocados no tempo segundo a melhor expectativa quanto à data de liquidação destas obrigações, levando em consideração o histórico de liquidação de sinistros e o período de expiração do risco dos contratos de seguro.

		0 - 3 meses	Sem						
	Vencidos	vencimento	definido	3 - 6	6 - 9	9 - 12	1 - 3	Acima de	Total
		meses	meses	meses	meses	meses	anos	3 anos	
Ativos financeiros a valor justo									
por meio do resultado	—	412.531	—	—	—	—	—	—	412.531
Títulos de renda fixa privados	—	2.953	—	—	—	—	—	—	2.953
Quotas de fundos de investimento	—	408.564	—	—	—	—	—	—	408.564
Derivativos	—	1.014	—	—	—	—	—	—	1.014
Ativos financeiros disponíveis para venda	—	48.168	44.298	429.062	75.151	308.250	448.971	1.353.900	
Títulos de renda fixa privados	—	47.797	3.118	309.248	50.941	76.740	165.710	653.554	
Títulos de renda fixa públicos	—	371	41.180	119.814	24.210	231.510	283.261	700.346	
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	—	—	—	38.690	—	78.955	—	117.645	
Título de renda fixa público	—	—	—	38.690	—	78.955	—	117.645	
Créditos das operações com seguros e resseguros	98.854	618.646	497.283	120.657	—	4	—	1.335.443	
Prêmios a receber de segurados	93.037	574.990	497.283	120.657	—	4	—	1.285.971	
Valores a receber congêneres	—	3.573	—	—	—	—	—	3.573	
Valores a receber resseguradoras	5.817	40.083	—	—	—	—	—	45.899	
Outros créditos operacionais	—	5.889	—	—	—	—	—	5.889	
Ativos de resseguro - provisões técnicas	—	70.592	53.674	37.490	22.005	47.765	30.315	261.841	
Outros Valores e Bens	—	94.818	—	—	—	—	—	94.818	
Depósitos judiciais e fiscais	—	—	—	—	—	—	22.687	22.687	
Caixa e equivalentes de caixa	—	36.144	—	—	—	—	—	36.144	
Total dos ativos financeiros	98.854	1.286.788	595.255	625.899	97.156	434.974	501.973	3.640.898	
Provisões técnicas	—	1.047.367	817.360	589.177	356.063	165.859	152.919	3.128.745	
Outros débitos - provisões judiciais	—	—	—	—	—	—	24.782	24.782	
Passivos financeiros	—	256.297	51.607	35.787	21.005	71.686	—	436.382	
Contas a pagar	—	184.860	—	—	—	71.686	—	256.546	
Débitos das operações com seguros e resseguros	—	67.384	51.234	35.787	21.005	—	—	175.410	
Depósitos de terceiros	—	4.053	373	—	—	—	—	4.426	
Total dos passivos financeiros	—	1.303.664	868.967	624.964	377.068	237.545	177.701	3.589.900	

Risco de mercado: Risco de mercado está associado a perdas potenciais advindas de variações em preços de ativos financeiros, taxas de juros, moedas e índices. A Companhia estabelece através de políticas, os limites, processos e uso de ferramentas que viabilizam a gestão do risco de mercado. Os cálculos de risco de mercado são mensurados com base em cenários de stress e na metodologia de *Value at Risk* (VaR), assim os resultados obtidos permitem o monitoramento dos impactos desse risco e a sua mitigação. O VaR do Portfólio de Investimentos é de R\$ 133,66 milhões ou 7,10% do total de aplicações para horizonte de tempo de 1 ano e intervalo de confiança de 99%. A resultado do teste de stress, nos cenários dados pela B3, é de R\$ 38,2 milhões, ou 0,20% do total das aplicações. **Sensibilidade à taxa de juros:** A carteira de investimentos possui alguns ativos com rendimentos prefixados. Para análise de sensibilidade verificamos o resultado da carteira com a oscilação da taxa básica do fator de risco em 100 *basis points* (1%), os quais são demonstrados a seguir para posição em 31 de dezembro de 2021:



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
<https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes>

—☆ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA HDI SEGUROS S.A. (Em milhares de reais)

Posição	Exposição em milhares de R\$	Cenário	Efeito Líquido de Impostos
Cupom de IPCA.....		elevação de 100 bps	(19.094)
	460.585	redução de 100 bps	19.094
Prefixado.....		elevação de 100 bps	(13.182)
	975.358	redução de 100 bps	13.182
Cupom de TR		elevação de 100 bps	(13)
	2.190	redução de 100 bps	13
Cupom de Dólar		elevação de 100 bps	(5)
	142	redução de 100 bps	5
Selic.....		elevação de 100 bps	(1.548)
	63.473	redução de 100 bps	1.548

Limitações da análise de sensibilidade: Os quadros demonstrados nessa seção apresentam o efeito de uma mudança importante em algumas premissas, enquanto outras permanecem inalteradas. Na realidade, existe uma correlação entre as premissas e outros fatores. Deve-se também ser observado que essas sensibilidades não são lineares; impactos maiores ou menores não devem ser interpolados ou extrapolados a partir desses resultados. As análises de sensibilidade não levam em consideração que os ativos e os passivos são altamente gerenciados e controlados. Além disso, a posição financeira poderá variar na ocasião em que qualquer movimentação no mercado ocorra. À medida que os mercados de investimentos se movimentam, as ações de gerenciamento poderiam incluir a venda de investimentos, mudança na alocação da carteira, entre outras medidas de proteção. Outras limitações nas análises de sensibilidade incluem o uso de movimentações hipotéticas no mercado para demonstrar o risco potencial que somente representa a visão da Companhia de possíveis mudanças no mercado em um futuro próximo, que não podem ser previstas com qualquer certeza, além de considerar como premissa que todas as taxas de juros se movimentam de forma idêntica. **Gestão de risco de crédito:** Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de clientes e em ativos financeiros. No que se refere a ativos financeiros, a Companhia monitora o cumprimento da política de risco de crédito para garantir que os limites ou determinadas exposições a esse risco não sejam excedidos. Esse monitoramento é realizado sobre os ativos financeiros, de forma individual e coletiva, que compartilham riscos similares e levam em consideração a capacidade financeira da contraparte em honrar suas obrigações e fatores dinâmicos de mercado. Limites de risco de crédito são determinados com base no *rating* de crédito da contraparte para garantir que a exposição global ao risco de crédito seja gerenciada e controlada dentro das políticas estabelecidas. Os ativos financeiros são investidos (ou reinvestidos) somente em instituições com qualidade de *rating* de crédito, seguindo as definições da política de investimento. O gerenciamento de risco de crédito referente aos instrumentos financeiros inclui o monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes individuais em relação às classificações de crédito por companhias avaliadoras de riscos, tais como *Fitch Ratings*, *Standard&Poors* e *Moody's*. A exposição máxima de risco de crédito originado de prêmios a serem recebidos de segurados é substancialmente reduzida (e considerada baixa). A exposição ao risco de crédito para prêmios a receber difere entre os ramos de riscos a decorrer e riscos decorridos. Nos ramos de riscos a decorrer, a cobertura de sinistros pode ser cancelada caso os pagamentos dos prêmios não sejam efetuados na data de vencimento. Já nos ramos de risco decorridos a exposição é maior, uma vez que a cobertura é dada em antecedência ao pagamento do prêmio de seguro. Os ramos de riscos decorridos comercializados são vida em grupo e transportes. No caso do risco de crédito junto as resseguradoras, os requisitos legais determinados pela SUSEP são devidamente respeitados, e a política de resseguro considera os participantes de mercado e resseguradoras com alta qualidade de crédito. A tabela a seguir apresenta os ativos financeiros detidos pela Companhia em 30 de Junho de 2021 distribuídos por *rating* de crédito obtidos junto a agências renomadas de *rating* (*Fitch Ratings*, *Standard & Poor's* e *Moody's*). Os ativos classificados na categoria sem *rating* compreendem substancialmente fundos de investimentos abertos e valores a serem recebidos de segurados que não possuem *ratings* de crédito individuais.

	31/12/2021						
Ativos Financeiros/Rating	AAA	AA	A	BBB	B	C	Sem rating
A valor justo por meio do resultado	15.399	29.028	65.409	—	—	1.317	301.378
Letras financeiras	378	—	—	—	—	—	1.258
Quotas de fundos de investimento	15.021	29.028	65.409	—	—	—	299.106
Debêntures	—	—	—	—	—	1.317	—
Derivativos	—	—	—	—	—	—	1.014
Disponíveis para venda	984.212	134.720	122.848	37.379	—	—	74.741
Notas do tesouro nacional	382.749	—	—	—	—	—	382.749
Letras financeiras do tesouro	4.042	—	—	—	—	—	4.042
Certificados de depósito bancário	50.914	—	48.190	—	—	—	99.104
Letras do tesouro nacional.....	311.316	—	—	—	—	—	311.316
Letras financeiras	193.430	60.312	—	—	—	—	253.742
Debêntures	2.216	—	—	—	—	—	2.216
Depósito a prazo com garantias especiais.....	37.304	74.408	74.658	37.379	—	—	74.741
Títulos da dívida agrária	2.241	—	—	—	—	—	2.241
Mantidos até o vencimento.....	117.645	—	—	—	—	—	117.645
Notas do tesouro nacional	117.645	—	—	—	—	—	117.645
Caixa e equivalentes de caixa	—	—	—	—	—	—	36.144
Prêmios a receber de segurados	—	—	—	—	—	1.285.971	1.285.971
Valores a receber junto a congêneres.....	—	—	—	—	—	—	3.573
Valores a receber junto a resseguradoras.....	—	229	16.810	—	30	—	28.830
Total do circulante e não circulante	1.117.256	163.977	205.067	37.379	30	1.317	1.730.637

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA		
Wilm Langenbach - Presidente João Francisco S. Borges da Costa - Vice-Presidente Fabiana Valério Arana Angel Santodomingo Martell Maximiliano Javier Casas Sanchez Nicolas Masjuan	Murilo Setti Riedel - CEO Vagner de Paula Guzella - CFO Eugênio Flávio Pontes Rodrigues - Vice-Presidente Comercial Maurício Galian - Vice-Presidente Técnico	Wilson Roberto Alves Contador CRC 1SP135713/O-7	Priscila Scarlat Marques Atuário Responsável Técnico MIBA 2054

RELATÓRIO RESUMIDO DO COMITÊ DE AUDITORIA - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Ao Conselho de Administração da HDI Seguros S.A.
1. RESPONSABILIDADES
O Comitê de Auditoria (Comitê) da HDI Seguros S.A. foi constituído e funciona de acordo com as normas emanadas da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), especificamente a Resolução CNSP nº 321/15 (revogada pela Resolução CNSP nº 432/21 a partir de 3 de janeiro de 2022). Sua atuação abrange a empresa controlada Santander Auto S.A. (Controlada). Compete ao Comitê assessorar o Conselho de Administração das empresas na supervisão (i) da qualidade e integridade das demonstrações financeiras; (ii) do cumprimento das disposições legais e regulatórias; (iii) da qualificação, independência e atuação dos auditores independentes; (iv) do desempenho da auditoria interna; (v) das atividades de gerenciamento de riscos e de controles internos; e (vi) da operacionalização da Estrutura de Gestão de Riscos e sua adequação. É responsabilidade da Administração da empresa a elaboração das demonstrações financeiras em conformidade com a legislação e regulamentação vigentes no Brasil, a definição e manutenção de controles internos adequados para garantir a qualidade e integridade das demonstrações financeiras, bem como do sistema de controle e gerenciamento de riscos. A Auditoria Interna, diretamente subordinada ao Conselho de Administração, inclui, a verificação da qualidade e aderência dos sistemas de controles internos e de gerenciamento de riscos existentes e o cumprimento de políticas e normativos definidos, inclusive aqueles com impacto na elaboração das demonstrações contábeis. Os auditores independentes são responsáveis pela auditoria das demonstrações contábeis da Companhia e da sua controlada, devendo opinar se elas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da Administração das empresas, dos auditores independentes, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos, e de outras áreas julgadas necessárias pelos membros do Comitê, além das próprias análises e avaliações efetuadas pelo Comitê. Em Maio de 2021 foi eleito como membro do Comitê o Sr. Nicolas Masjuan, em substituição ao Sr. Amir Camillo Khadjavi e em Novembro de 2021 foi eleito o Sr. Maximiliano Casas em substituição ao Sr. Francisco Ricardo de Medeiros Carneiro.

2. ATIVIDADES DO COMITÊ DURANTE O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
O Regimento Interno prevê que o Comitê se reúne ordinariamente no mínimo a cada trimestre, conforme calendário anual das reuniões do Conselho de Administração. O Comitê desenvolveu as seguintes atividades no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, através de 24 reuniões realizadas ao longo do exercício e compreenderam, resumidamente, (i) seis reuniões com os principais

A tabela a seguir apresenta o total de ativos financeiros agrupados por classe de ativos e divididos entre ativos vencidos e não vencidos. A Companhia não possui ativos deteriorados.

	31/12/2021					
	Ativos não vencidos	0 a 3 meses	3 a 6 meses	6 a 12 meses	Acima de 1 ano	Provisão para perda
Ativos financeiros.....	412.531	—	—	—	—	—
Valor justo por meio do resultado.....	2.953	—	—	—	—	—
Títulos de renda fixa privados	408.564	—	—	—	—	—
Quotas de fundos de investimento	1.014	—	—	—	—	—
Derivativos	1.353.900	—	—	—	—	—
Ativos financeiros disponíveis para venda	399.812	—	—	—	—	—
Títulos de renda fixa privados	954.088	—	—	—	—	—
Títulos de renda fixa públicos.....	117.645	—	—	—	—	—
Mantidos até o vencimento.....	117.645	—	—	—	—	—
Título de renda fixa público	1.237.385	98.805	1.138	5.420	3.213	(10.517)
Empréstimos e recebíveis.....	1.192.934	98.803	930	331	2.536	(9.563)
Prêmios a receber de segurados.....	4.368	—	—	—	—	(795)
Valores a receber congêneres	40.083	2	208	5.089	677	(159)
Valores a receber resseguradoras.....	36.144	—	—	—	—	—
Caixa e equivalentes de caixa	3.157.605	98.805	1.138	5.420	3.213	(10.517)
Total de ativos financeiros						

Gestão de capital: O principal objetivo da Companhia em relação à gestão de capital é manter níveis de capital suficientes para atender os requerimentos regulatórios determinados pelo CNSP e SUSEP, além de otimizar os retornos sobre capital para os acionistas. **Patrimônio líquido ajustado e adequação de capital:** Nos termos da Resolução CNSP nº 321/15 e alterações, as sociedades supervisionadas deverão apresentar patrimônio líquido ajustado (PLA) igual ou superior ao capital mínimo requerido (CMR) e liquidez em relação ao Capital de Risco (CR) superior a 20%. CMR é equivalente ao maior valor, entre o capital-base e o capital de risco. A Companhia apura o capital de risco com base nos riscos de subscrição, crédito, operacional e mercado, como demonstrado abaixo:

Patrimônio líquido	1.046.145
Ajustes Contábeis:	(358.140)
(-) Ativos intangíveis	(246.502)
(-) Despesa antecipadas	(12.410)
(-) Participação em sociedades financeiras.....	(20.593)
(-) Custos de aquisição diferidos não diretamente relacionados à PPNG.....	(5.219)
(-) Créditos tributários - prej. fiscais IR/bases negativas de cont. social.....	(73.416)
Ajustes associados à variação dos valores econômicos líquidos de impostos:.....	12.423
(+) Diferença entre o valor de mercado e o valor contábil dos ativos financeiros mantidos até o vencimento	(204)
(+) Superávit TAP	12.627
Capital mínimo requerido (CMR).....	660.970
Capital de risco de subscrição	570.505
Capital de risco de crédito	79.898
Capital de risco operacional.....	24.092
Capital de risco de mercado	71.090
Efeito em função da correlação entre os riscos de crédito, subscrição e mercado.....	(84.615)
Patrimônio líquido ajustado (PLA).....	700.428

Nível 1	649.026
Nível 2	12.627
Nível 3	38.775
Ajuste do excesso de Patrimônio líquido ajustado (PLA) de nível 2 e nível 3.....	—
Excedente do Patrimônio líquido ajustado (PLA) em relação ao Capital mínimo requerido (CMR).....	39.458

Gestão de risco operacional: Risco operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou decorrentes de fraudes ou eventos externos, incluindo-se o risco legal e excluindo-se os riscos decorrentes de decisões estratégicas e à reputação da instituição. A Companhia entende que o monitoramento e gerenciamento deste risco devem ser executados por todas as áreas, e para isso investe em ferramentas de forma a ter condições de mensurar realisticamente sua exposição ao risco operacional, por exemplo, através de uma base de dados de perdas operacionais conforme disposto na Circular SUSEP nº 517/15 e alterações. Em conjunto com esse processo também utilizamos o resultado da avaliação da nossa estrutura de controles internos.

28. NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES AINDA NÃO ADOTADAS

CPC 48 - Instrumentos Financeiros (IFRS 9): Dentre as normas que podem ser relevantes para a Companhia, encontra-se o Pronunciamento CPC 48 - Instrumentos Financeiros, que inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros e novos requisitos sobre a contabilização de *hedge*. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros do CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. O CPC 48 será aplicável quando referendado pela SUSEP. **CPC 50 - Contratos de Seguro (IFRS 17):** O Pronunciamento CPC 50 estabelece os princípios para o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação dos contratos de seguro emitido. Requer também princípios semelhantes para serem aplicados aos contratos de resseguro mantidos e aos contratos de investimento com características de participação discricionária emitidos. O objetivo é garantir que as entidades forneçam informações relevantes de maneira que representem fielmente tais contratos. Essas informações fornecem a base para que usuários das demonstrações contábeis avaliem o efeito que os contratos de seguro têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade. O CPC 50 será aplicável quando referendado pela SUSEP.

executivos da Companhia para acompanhamento dos resultados e de suas atividades no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, mais especificamente com os responsáveis pelas áreas de contabilidade, controladoria e impostos, financeira, auditoria interna, gerenciamento de riscos, compliance, controles internos e ouvidoria; (ii) revisão dos balancetes mensais e demonstrações financeiras em 30 de junho e 31 de dezembro de 2021 e correspondentes notas explicativas; (iii) reuniões com os auditores independentes para avaliação de seu plano de trabalho para a auditoria das demonstrações financeiras e auditoria atuarial, acompanhamento dos seus trabalhos e correspondentes resultados e relatórios emitidos; e (iv) reuniões trimestrais com o Conselho de Administração e Diretoria para avaliação dos resultados e apresentação das atividades e trabalhos do próprio Comitê de Auditoria. Em complemento às atividades descritas anteriormente, como parte dos trabalhos inerentes às suas atribuições, o Comitê também esteve envolvido no acompanhamento, junto às áreas responsáveis pela implantação dos procedimentos requeridos pela Lei Geral de Proteção de Dados, Prevenção a Lavagem de Dinheiro, efeitos decorrentes da pandemia e resultados da avaliação da aplicação de procedimentos de prevenção de fraudes e apuração de reflexos nas demonstrações financeiras. Os indicadores sobre *Apetite* a Riscos e *Solvência* são apresentados regularmente nestas reuniões e a HDI Seguros e sua controlada Santander Auto encontra-se dentro dos limites de *apetite* a riscos em 31 de dezembro de 2021. Os resultados dos trabalhos foram reportados nas reuniões trimestrais do Conselho de Administração realizadas ao longo do exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Não foram identificados fatos relevantes ou recomendações específicas para serem reportadas ao Conselho de Administração.

3. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Considerando os resultados das atividades desenvolvidas, incluindo a revisão das demonstrações financeiras e as correspondentes notas explicativas, bem como o resultado dos trabalhos efetuados pelos auditores independentes referentes ao exame das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 da HDI Seguros S.A., como também da sua controlada Santander Auto S.A., o Comitê de Auditoria entende que os sistemas de controles internos e gerenciamento de riscos da Companhia estão estruturados para propiciar o adequado registro e controle das suas operações, a aderência com os normativos internos, legais e regulatórios, e recomenda ao Conselho de Administração a aprovação para divulgação das demonstrações financeiras da HDI Seguros S.A. e de sua controlada Santander Auto S.A. relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2022

Maria Salete Garcia Pinheiro	Maximiliano Javier Casas Sanchez	Nicolas Masjuan
Coordenadora		

PARECER DOS AUDITORES ATUARIAIS INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas

HDI Seguros S.A.
Escopo da Auditoria: Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da HDI Seguros S.A. (Sociedade) em 31 de dezembro de 2021 (doravante denominados, em conjunto, "itens auditados"), elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. **Responsabilidade da Administração:** A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração dos itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, e pelas bases de dados e respectivos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos Atuários Independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os itens apresentados no parágrafo de escopo da auditoria estejam livres de distorção relevante. Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos referidos itens definidos no primeiro parágrafo acima. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração dos itens objeto do escopo da auditoria, para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Sociedade. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa

opinião de auditoria atuarial. **Opinião:** Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade da cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção, como definidos no primeiro parágrafo acima, da HDI Seguros S.A. em 31 de dezembro de 2021, foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. **Outros Assuntos:** No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, em base de testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, em base de testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos concernentes ao escopo da auditoria atuarial, para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2022

pwc	Dinarte Ferreira Bonetti
PricewaterhouseCoopers Serviços Profissionais Ltda.	MIBA 2147
Av. Francisco Matarazzo 1400, Torre Torino	
São Paulo - SP - Brasil 05001-903	
CNPJ 02.646.397/0001-19	
CIBA 105	

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas

HDI Seguros S.A.
Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da HDI Seguros S.A. ("Seguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da HDI Seguros S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados

(SUSEP). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Seguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais Assuntos de Auditoria:** Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

continua—☆



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadãori.estadao.com.br/publicacoes/>

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
-----------------	---

Mensuração das Provisões Técnicas (Notas explicativas 3.8, 3.9 e 17)

A Seguradora possui passivos relacionados a contratos de seguros denominados Provisões Técnicas bem como efetua testes para avaliar a suficiência das mesmas, dentre elas destacamos a Provisão para Prêmios Não Ganhos ("PPNG"), Provisão de Sinistros Ocorridos e não Avisados ("IBNR"), Provisão de Sinistros a Liquidar ("PSL") e Ajuste para Sinistros Ocorridos e Não Suficientemente Avisados ("IBNeR") visto que são pautados em metodologia atuarial. O processo de determinação e mensuração das provisões técnicas requerem julgamentos e envolvimento de atuários na determinação de metodologias e premissas que incluem, entre outras, estimativas quanto ao desenvolvimento dos prêmios emitidos, sinistros incorridos e pagos, e taxa de desconto. Devido à relevância das provisões técnicas oriundas dos contratos de seguros e o impacto que eventuais mudanças nas premissas destas provisões poderiam causar nas demonstrações financeiras, consideramos essa uma área de foco em nossa auditoria.

Realizamos o entendimento dos controles internos relevantes relacionados à mensuração e registro contábil das provisões técnicas pela administração. Em conjunto com nossos especialistas na área atuarial, efetuamos, entre outros procedimentos, a avaliação da razoabilidade das metodologias e premissas utilizadas pela administração na mensuração das provisões técnicas e do Teste de Adequação de Passivos (TAP), tais como a seleção de fatores de desenvolvimento de prêmios emitidos e sinistros incorridos e pagos, e taxa de desconto, e comparamos com as premissas utilizadas pelo mercado e/ou com os dados históricos da Seguradora. Nossos procedimentos incluíram também a confirmação de que as metodologias foram implementadas substancialmente, de acordo com as notas técnicas atuariais vigentes, pela Seguradora para as provisões de PPNG, IBNR, PSL e IBNeR. Adicionalmente, realizamos os testes de consistência históricos, bem como recálculo da PPNG, do IBNR e do IBNeR. Quanto às bases de dados utilizadas na mensuração das provisões técnicas, efetuamos a reconciliação da totalidade das bases de prêmios emitidos e sinistros avisados, bem como testes, em base amostral, da acuracidade das informações dos campos críticos utilizados na mensuração dessas provisões técnicas. Consideramos que as metodologias e premissas utilizadas na determinação dessas provisões técnicas são consistentes com as informações obtidas no curso de nossa auditoria.

Valor recuperável do ágio decorrente de combinação de negócios (Notas explicativas 3.7.1 e 12)

A Seguradora possui ágio de combinação de negócios, referente a aquisição de controlada, incorporada em anos anteriores. A administração elabora anualmente, para a data-base de 31 de dezembro, teste para avaliar a necessidade ou não de redução do ágio ao seu valor recuperável ou em períodos menores se houver indicação de impairment. O valor recuperável do ágio é determinado com base no valor em uso, o qual é calculado considerando a projeção de resultados futuros para um período de 5 anos mais taxa de perpetuidade, bem como taxa de desconto o qual foi apurada por meio de modelo de precificação de ativos de capital. Consideramos essa área como sendo foco de nossa auditoria, devido a relevância do valor do ágio no contexto das demonstrações financeiras e pelo fato de que diferentes premissas utilizadas pela administração na projeção de resultados futuros, escolha de metodologia para a avaliação e estimativas utilizadas para determinação do valor presente dos fluxos de caixa podem alterar significativamente a avaliação do valor recuperável do ágio.

Realizamos o entendimento dos controles internos relevantes relacionados ao teste do valor recuperável do ágio realizado pela administração. Efetuamos, entre outros procedimentos, a análise da metodologia utilizada para a determinação do valor recuperável do ágio, o entendimento e análise da razoabilidade das premissas mais relevantes adotadas pela administração no teste anual do valor recuperável do ágio da combinação de negócio, bem como a coerência geral lógica e aritmética dos cálculos das projeções realizados pela administração. Realizamos reuniões com a administração para obtermos entendimento sobre o processo de elaboração das projeções, bem como realizamos testes quanto a consistência da expectativa de resultados projetados em comparação aos resultados realizados em exercícios anteriores. Analisamos a razoabilidade dos critérios e das principais premissas que embasaram a construção dos cálculos do teste anual do valor recuperável do ágio. Consideramos que os critérios e premissas mais relevantes adotados pela administração para composição do teste de perda por redução do valor recuperável (impairment) são razoáveis.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor: A administração da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Seguradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Seguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não

ser que a administração pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Seguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião. • A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Seguradora e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras. • Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria. • A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devermos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Seguradora a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras da controlada em conjunto para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras da Seguradora. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria considerando essas investidas e, consequentemente, pela opinião de auditoria da Seguradora. • Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.



PricewaterhouseCoopers
Audítores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

São Paulo, 24 de fevereiro de 2022

Edison Arisa Pereira
Contador CRC SP127241/O-0



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadãori.estadao.com.br/publicacoes/>